Artigo recebido em
26/04/2015
Aprovado em
20/09/2015

BRUNO BERNARDO DE ARAÚJO
Universidade de Brasília –
brunoaraujo@gmail.com
Doutorando em Comunicação
na Universidade de Brasília.
Mestre em Comunicação e
Jornalismo pela Universidade
de Coimbra (UC). Colabora-
dor do Grupo Comunicação,
Jornalismo e Espaço Público,
do CEIS 20/UC. Pesquisador
do Grupo Cultura, Mídia e
Política, da Universidade de
Brasília.

¹*Este trabalho é uma versão
ampliada da comunicação
apresentada no XIII Congres-
so IBERCOM, que ocorreu em
maio de 2013, em Santiago
de Compostela, Espanha.
Agradecemos os valiosos
comentários da Professora
Doutora Isabel Ferin Cunha,
da Universidade de Coimbra,
Portugal.*

Democracia, corrupção e *media*: a *Folha* e a queda de Antônio Palocci do Governo Dilma Rousseff¹

Bruno Bernardo de Araújo

Resumo

Estudamos, neste artigo, o desempenho do jornal *Folha de S. Paulo* em face das suspeitas que recaíram sobre o ex-ministro-chefe da Casa Civil do Governo Dilma Rousseff, Antônio Palocci, no período de 15 de maio a 8 de junho de 2011. Partindo de uma reflexão teórica sobre o poder dos media, cuja materialidade se concretiza, também, na denúncia de casos (ou de supostos) casos de corrupção, refletiremos sobre o conceito de corrupção política, chamando a atenção para as implicações do fenômeno e da sua construção mediática nos sistemas democráticos. O nosso estudo empírico assenta na aplicação de ferramentas da Análise de Conteúdo a 145 peças jornalísticas, que constituem o corpus analítico. Entre as principais conclusões a que chegamos, destaca-se a clara faceta de contrapoder assumida pelo jornal e a fabricação antecipada de uma culpabilidade que conduziu à queda do ministro, apesar do posterior arquivamento do caso pela justiça.

Palavras-chave

Democracia, Media, Corrupção, Antônio Palocci, Folha de S. Paulo.

Abstract

This article aims to study the media performance newspaper *Folha de S. Paulo* on suspicions that fell on the head former Minister of Civil Government House Dilma Rousseff, Antonio Palocci, from May 15 to June 8, 2011. From a theoretical reflection on the power of the media, whose materiality is realized also in reporting cases (or suspected) cases of corruption, will reflect on the concept of political corruption, drawing attention to the implications of the phenomenon and its construction in the media democratic systems. Our empirical study is based on the application of content analysis tools to 145 journalistic pieces, which constitute the analytical corpus. Among the main conclusions we have reached, there is the opposition assumed by the newspaper and the anticipated manufacturing a culpability that has led to the minister's fall, despite the subsequent archive of the case for justice.

Keywords

Democracy, Media, Corruption, Antônio Palocci, Folha de S. Paulo.

Cada vez mais comum entre nós, o fenômeno da corrupção política – vista por Sousa (2012) como um verdadeiro “cancro das democracias” – é assunto que interessa sobremaneira aos meios de comunicação social, que atuam não apenas como disseminadores de casos particulares, mas, também, e, sobretudo, como construtores discursivos do fenômeno². Com efeito, a ação dos *media* na construção de narrativas sobre a corrupção política, que possuem fortes implicações na forma como o público se relaciona com o universo da política, merece um olhar acurado de investigadores e outros interessados no estudo do desempenho mediático na esfera pública contemporânea. É o que este estudo pretende por meio da análise da cobertura jornalística do episódio que conduziu à queda de Antônio Palocci da chefia da Casa Civil do Governo de Dilma Rousseff, em 2011³.

Na edição de 15 de maio daquele ano, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em primeira página, uma reportagem intitulada “Palocci multiplica seu patrimônio por 20 em quatro anos”. O trabalho jornalístico, da autoria de Andreza Matais e José Ernesto Credendio, afirmava que o então ministro-chefe da Casa Civil havia comprado, em 2010, dois imóveis na cidade de São Paulo, cujos valores ultrapassavam os sete milhões de reais. Quatro anos antes, em 2006, a declaração de bens do ministro junto à Receita Federal somava, no entanto, apenas 375 mil reais. Ao confrontar os valores, os jornalistas concluíram que, nesse período, Palocci havia multiplicado o seu patrimônio pessoal em 20 vezes. Os motivos não estavam claros.

Após a publicação, a informação se proliferou rapidamente em boa parte dos demais órgãos de comunicação social, nas redes sociais e em outros espaços de discussão na internet. A repercussão foi de tal ordem que resultou na instauração da primeira crise política do governo Dilma Rousseff, que tinha apenas cinco meses. O fechamento da crise se deu com a demissão do ministro em 7 de junho, seis meses depois de ter assumido o cargo.

Nesse sentido, o presente artigo pretende identificar os principais traços que marcaram o desempenho de *Folha de S. Paulo* no que diz respeito ao tratamento do tema. Para isso, o nosso horizonte teórico prevê uma reflexão prévia sobre o poder dos *media* nas democracias ocidentais e a relação desses mediadores privilegiados da vida social e política com o fenômeno da corrupção. O estudo empírico é realizado com a análise de 145 peças jornalísticas, publicadas durante o período de cobertura do episódio, que serão analisadas com recurso a ferramentas da Análise de Conteúdo. A sistematização dos dados foi realizada no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

O poder dos *media*: mediocracia e agenda-setting

Parece consensual antever que os *media* são, em geral, instâncias sociais dotadas de um gigantesco poder simbólico, capaz de provocar profundas mudanças nos paradigmas que estruturam a vida em sociedade (MESQUITA, 2003). Na infinidade de áreas que compõem o ecossistema mediático, encontra-se o jornalismo—campoprofissional constituído por valores éticos e deontológicos, cuja finalidade maior, em uma perspectiva liberal, é servir ao interesse público.

²Cf. Araújo; Jorge (2015)

³O primeiro ano do Governo Dilma Rousseff foi, aliás, marcado por sucessivas quedas de ministros de Estado. Como nos mostra Gramacho (2015), em todos os episódios, incluindo o de Antônio Palocci, os *media* tiveram um papel fundamental.

O culminar da primeira década do século XXI aponta para um conjunto variado de mutações tecnológicas – às quais mudanças de ordem social e política se associam – que estão a mudar as nossas relações interpessoais e a forma como agimos no espaço comunicacional (SILVEIRINHA, 2004). Estas transformações, ainda incertas quanto aos seus reais impactos, trouxeram consequências, antes impensáveis, para os profissionais da informação jornalística. Intimamente ligadas ao exercício profissional do jornalismo, essas transformações adquirem complexidade ainda maior se pensarmos na natureza das sociedades, fortemente mediatizadas nas quais vivemos hoje. Os *media* e o jornalismo – pelo conjunto de propósitos morais que estão na gênese da sua cultura profissional – assumem aqui um papel de enorme preponderância, na medida em que funcionam como mediatizadores e, consequentemente, como construtores da realidade social (TUCHMAN, 2002).

Elemento central do espaço público, o jornalismo atua como um barômetro privilegiado da sociedade, porque “pode ajudar os cidadãos a conhecer o mundo, debater as suas relações e tomar decisões conscientes sobre o modo de atuar” (MUÑOZ; ROSPIR, 1995, p. 26). Nos seus estudos de comunicação política, Muñoz e Rospir chamam justamente atenção para a importância dos *media* na organização e na gerência da esfera pública.

“Ninguno de nosotros vive en una sociedad parecida a la polis ateniense. Nuestro conocimiento de los líderes políticos y viceversa, pasa por el filtro de los medios y es indirecto. Incluso en los más complejos y maduros

Estados modernos pocas personas leen asiduamente boletines parlamentarios, manifiestos de partidos o estudios políticos. A la mayoría estos papeles les llegan de segunda y tercera mano. (MUÑOZ; ROSPIR, 1995, p. 26).

Essa segunda ou terceira mão de que falam os autores podem ser vistas como o filtro interpretante dos *media* através do qual enxergamos o mundo à nossa volta e em função do qual moldamos, por vezes, as nossas formas de participação política. Em face desse último elemento, diversos investigadores têm dedicado tempo ao desenvolvimento do conceito de *mediocracia* – uma ideia essencial para aprofundarmos a discussão sobre a relação dos *media* com o contexto sociopolítico das democracias liberais. Parafraseando Muñoz e Rospir (1995), uma democracia centrada nos *media* coloca-os no centro da vida social e política, como verdadeiras estruturas de poder em relação às quais agentes políticos repensam a sua ação e as suas mensagens, com vista a marcar a agenda e chegar eficazmente ao público.

Convém sublinhar, nessa medida, a importância que a agenda dos *media* possui na determinação da agenda pública, isto é, na imposição dos temas que marcam a atualidade. Durante o século XX, vários estudos foram desenvolvidos, nos Estados Unidos e na Europa, sobre a questão. Entre os trabalhos mais emblemáticos estão os de McCombs e Shaw (1972; 1976) sobre a teoria do *agenda-setting* e, em outro ângulo, os esforços de Neumann (1973). Embora diferentes de um ponto de vista formal, ambos os trabalhos se concentram em torno da mesma motivação

epistemológica: compreender os efeitos dos meios de comunicação sobre as percepções do público e o impacto que daí decorre sobre o funcionamento do próprio regime democrático.

Para uma fundamentação profícua da análise empírica, cujos dados apresentaremos na segunda parte deste trabalho, vale a pena voltar ao pensamento de Shaw sobre a eficácia com que os *media* atuam na imposição dos temas que moldam as nossas conversas diárias. Segundo o autor:

[...] Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. (SHAW *apud* WOLF, 2009, p. 144).

É importante referir, pois, que a teoria do *agenda-setting* rebate concepções teóricas anteriores, que colocavam a tônica dos efeitos sobretudo na questão da persuasão, como processo linear e unilateral, tal como propugnava a teoria hipodérmica e, em alguma medida, a teoria dos efeitos limitados. Aqui, a persuasão mediática é vista em outra dimensão. Como procedimento dinâmico, os *media* persuadem na medida em que possuem enorme poder de impor os temas de nossas conversas, isto é, de dizer o que precisa estar em nosso horizonte de discussão cotidiana. Anos mais tarde, no seu aniversário de 20 anos, a teoria do *agenda-*

setting avança mais um passo: agora, os *media* já não apontam apenas os temas da agenda pública; eles propõem modelos de entendimento desses mesmos temas. Há, pois, um evidente deslocamento: passamos de *o quê* para *como* pensar⁴.

É precisamente nesse duplo movimento de imposição da agenda – *priming* e *framing* – que os *media* criam pressões sobre as instituições políticas com possibilidades reais de forçar transformações institucionais e sociais. No que a esse último elemento respeita – a mudança social –, a ação dos *media* pode não significar uma reconfiguração real do modo como nos relacionamos com a política e os políticos. Ao contrário, ela atua, na larga maioria das vezes, como a engrenagem que, no plano discursivo, reafirma e naturaliza certos valores individuais e coletivos sobre o universo da política.

Em outras palavras, defendemos que, se os *media* podem operar na promoção de mutações nas esferas de poder institucionalizado – veja-se a influência na demissão de Antônio Palocci, como discutiremos na segunda parte –, também agem, quase sempre, como instâncias mantenedoras de crenças e valores constitutivos de nossa cultura política, entre os quais o valor da desconfiança figura como elemento central. Obviamente, a relação entre essas duas possibilidades de atuação dos *media* no espaço público contemporâneo reduz a vitalidade daquilo que poderíamos entender como uma efetiva ação transformadora do *status quo*.

Media, crise e corrupção política

Na qualidade de conceito, o termo corrupção política é, ainda hoje, pouco consensual quanto às definições associadas

⁴Importa sublinhar, todavia, que esse movimento não linear e unilateral. Adotamos, aqui, a perspectiva de Stuart Hall (2003), segundo a qual, participam do processo de codificação e descodificação de mensagens mediáticas um conjunto de fatores de ordem social e cultural. O momento da recepção é marcado por uma luta simbólica entre os *media* e o público em torno da atribuição de sentidos. Esse processo de negociação prevê três possibilidades de leitura das mensagens por parte do público: uma leitura hegemônica, uma leitura negociada e uma leitura contra-hegemônica. A prevalência de um delas dependerá sempre de questões contextuais, que envolvem, inclusivamente, características pessoais da audiência.

a ele. Embora a literatura sobre a matéria tenha aumentado exponencialmente nos últimos tempos, os autores encaram-na de modo muito diverso. A mais comum das acepções é aquela que associa a corrupção à obtenção de benefícios pessoais por indivíduos que ocupam posições importantes em instituições públicas (JAIN, 2001). Gravitam no universo da corrupção práticas como suborno, extorsão, nepotismo, tráfico de influência e outras (NYE, 1967). A corrupção política é, pois, majoritariamente vista como fenômeno concentrado nas estruturas de poder institucionalizado: ela diz respeito aos desvios cometidos por agentes públicos e privados, cujas práticas desvirtuam os procedimentos normativos de poder. Na visão de Markovitz e Silverstein (1988), aliás, a ocorrência e a posterior publicização de tais transgressões é *conditio sine qua non* para a configuração de um escândalo político⁵.

Mesmo reconhecendo a razoabilidade conceptual dessa visão, Gravonetter trabalha a questão da corrupção em uma perspectiva mais lata. O autor a vê como algo que resulta de uma construção social e está para além dos círculos do poder político e econômico. Para ele, o ato de obter benefícios pessoais, amparado em posições de poder – ideia que não se circunscreve ao poder político – e a troca de favores entre indivíduos terá de ser analisada, também, fora de estruturas de referência econômica, tendo em vista “elementos sociais, culturais e históricos” do contexto em causa (GRAVONETTER, 2006, p. 12).

Nos últimos tempos, a corrupção tem sido igualmente objeto de estudo fora

das instituições acadêmicas. Organismos internacionais governamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e não governamentais, como a Global Integrity, a Transparência Internacional, têm buscado desenvolver pesquisas e outros estudos no sentido de comprovar, empiricamente, as várias manifestações do fenômeno em termos mundiais. Desde 1995, por exemplo, a Transparência Internacional divulga, anualmente, o *Corruption Perception Index*, ranking que aponta os níveis de percepção da corrupção em países dos cinco continentes. Observa-se, sempre, que a percepção em face do problema é maior em países com índices de desenvolvimento menor.

Segundo dados de 2014, o Brasil ocupa a 69ª posição, atrás de países como Gana, Namíbia, Costa Rica, Chile, entre outros. Estudos como estes têm o condão de apontar como a existência de corrupção é resultado de processos inacabados de democratização, que impedem a consolidação de instituições políticas. Por outro lado, importa ressaltar que o estudo busca mensurar o nível de percepção da corrupção. Ora, se tivermos em linha de conta que ainda é através dos *media* que tomamos conhecimento dos casos de corrupção, não será difícil compreender a importância deles na constituição dessa percepção pública da corrupção. É evidente que não é o único fator a ser considerado, como identifica a própria Transparência Internacional, mas o desempenho dos *media* na mediatização de casos possui indiscutível peso nesse processo.

De acordo com Luís de Sousa, os *media* são, com efeito, elementos centrais nessa

⁵*Corrupção política e escândalo político, embora apareçam muitas vezes associados, não possuem o mesmo significado. Enquanto a corrupção política é a transgressão em si, o escândalo, para ser configurado, precisa tornar-se elemento público – o que, quase sempre ocorre pelas mãos dos media. Neste trabalho, não nos deteremos em torno do conceito de escândalo político. Para isso, Cf. Prior; Guazina; Araiújo (2015).*

conjuntura, na medida em que:

[...] a contínua exposição pública de casos de corrupção envolvendo altas figuras do Estado, mas também a cobertura extensiva do modo como a classe política tem reagido (ou não) ao fenómeno, abalou uma opinião pública que durante anos ignorou por completo o problema. (SOUSA, 2012).

Efetivamente, a *hipermediatização* de casos de corrupção — que desembocam, quase sempre, na constituição de escândalos e na instauração de crises políticas — tem contribuído para que o tema esteja continuamente na agenda pública. Por outro lado, têm aumentado os níveis de desconfiança e hostilidade em relação aos atores políticos e às instituições de representação — o que costuma colocar problemas ao instituto da representação política e abrir margem a um sem-número de dúvidas sobre a real qualidade do regime democrático. Quanto a esse aspecto, não constitui demasia recordar o que Markovitz e Silverstein (1988) aludem a propósito dos escândalos políticos: a corrupção sempre existiu em ditaduras e em democracias, mas os escândalos políticos, pela exigência de visibilidade que está na base da sua constituição, é um produto exclusivo das democracias, porque só este modelo de poder permite uma luta constante contra o segredo⁶. Aliás, vai nesse sentido o conceito de democracia de Norberto Bobbio (2000), para quem democracia é o exercício do poder em público.

Dessa forma, é essencial olharmos para os mecanismos de atuação dos meios de comunicação social na cobertura do tema da corrupção, no sentido de avaliar

motivações e estratégias de tratamento do assunto. Sem dúvidas, o enorme interesse dos *media* pela mediatização de casos de crise e corrupção não é novo. A propósito, no caso do jornalismo, o surgimento de expressões como “quarto poder” ou “contrapoder”, associadas à *praxis* jornalística liberal, é excelente exemplo das motivações subjacentes a esse interesse. Tal como brilhantemente aduz Mário Mesquita (2003, p. 74), “a imagem da imprensa contrapoder corresponde às mitologias glorificantes da ação dos jornais e dos jornalistas”.

Com certeza terá sido esse sentimento de glória que se proliferou entre os amantes do jornalismo sempre que ele deu provas de estar a serviço de causas democráticas e sociais. Lembremo-nos do caso *Watergate*, em que dois repórteres do diário *The Washington Post* criaram as condições para que, pela primeira vez na história americana, um presidente eleito fosse deposto naquelas condições, ou, ainda, dos trabalhos de Nellie Bly, que um dia lançou mão de um disfarce para denunciar os maus tratos dispensados às pacientes de um sanatório dos Estados Unidos.

Outro fator para o qual queremos chamar atenção é a ideia de crise, associada à corrupção política. Não são raras as vezes em que a denúncia pública de transgressões nos círculos de poder criam crises políticas, muitas vezes, com proporções enormes. Grosso modo, a crise é o resultado de uma ruptura na ordem normal dos fenómenos, que abala em maior ou menor grau os sistemas, sejam eles económicos, políticos ou institucionais. Numa situação de crise política, Raboy e Dagenais enfatizam que:

Os *media* têm um papel central, não só porque se trata de

⁶Cf. Prior; Guazina; Araújo (2015).

um momento em que o sistema político é posto em causa – a informação em democracia é uma garantia da existência dos meios de comunicação – mas também pelas vantagens econômicas que acarreta às empresas. (RABOY; DAGENAIS, 1992, p. 2-5).

A centralidade do papel dos *media* também pode manifestar-se na atuação pelo combate à corrupção. Em interessante estudo realizado em Portugal, Luís de Sousa e João Triães sintetizam as múltiplas formas que eles podem ser assumir no combate ao fenômeno. Para os autores, o desempenho dos *media* é particularmente relevante quando eles agem no sentido de:

Investigar e/ou recolher evidências/indícios de corrupção ou de situações possíveis de gerar corrupção; expor casos de corrupção; avaliar diferentes tipos de informação prestada pela administração pública, desempenhando um papel de *watchdog* sobre o funcionamento do aparelho do Estado [...] (SOUSA; TRIÃES, 2007, p. 4).

Questões metodológicas

Como já tivemos a oportunidade de referir, o objetivo deste estudo é perceber os pontos fortes que marcaram a cobertura jornalística de *Folha de S. Paulo* sobre o caso de suspeita de corrupção envolvendo o então ministro-chefe da Casa Civil do Governo Dilma

Rousseff, Antônio Palocci. A opção por este meio de comunicação social em detrimento de outro se justifica pelo fato de ter sido o próprio jornal a publicar, com exclusividade, a peça de denúncia, depois da qual todos os demais órgãos dedicaram atenção. Além disso, o jornal figura entre os títulos com maior tiragem na imprensa brasileira de referência. Abaixo, a primeira página com a denúncia.

Figura 1. Primeira Página *Folha de S. Paulo*, 15 de maio de 2011.

O *corpus* de análise segue uma lógica

temporal e é constituído pelo conjunto de 145 peças, que compreendem artigos jornalísticos de informação e de opinião, publicados no jornal entre os dias 15 de maio (data da denúncia) e 08 de junho de 2011 (data de anúncio da demissão do ministro). Como método de trabalho, recorremos a técnicas de Análise de Conteúdo, que, aplicada ao jornalismo, Herscovitz vê como:

[...] método de pesquisa que recorre e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos

estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos [...] (HERSCOVITZ, 2008, p. 126).

O desenho metodológico é construído no sentido de dar resposta à pergunta inicial: qual o desempenho de *Folha de S. Paulo* na cobertura do episódio? Em termos mais amplos, pretende-se associar o estudo a um contexto de reflexão mais lato, que procura compreender o papel dos *media* no combate à corrupção em contextos democráticos e o impacto que o desempenho deles, na cobertura da corrupção política, possui na criação de formas de relacionamento dos cidadãos com a política e com os políticos.

Apresentação, análise e interpretação dos dados

Depois de analisadas todas as peças, contabilizamos um universo de 145 unidades de análise. Do valor total, 62,3% das peças dizem respeito a gêneros de informação jornalística e 37% estão categorizadas como opinião. Veja-se o quadro abaixo.

Gêneros de Informação e de Opinião

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Gênero de informação	91	62,3	62,8	62,8
	Gênero de opinião	54	37,0	37,2	100,0
	Total	145	99,3	100,0	
Missing	System	0	,0		
Total		145	100,0		

Como pudemos constatar, o gênero textual com maior proeminência na publicação é o de informação (62,3%). Não devemos perder de vista, porém, a quantidade considerável de artigos de opinião que se foram proliferando ao longo

das edições do jornal. Depois de uma leitura integral desses textos, observamos que dos 54 artigos de opinião, 35, isto é, 64,81%, endereçaram críticas veementes ao ministro Antônio Palocci – ora pela falta de esclarecimentos perante a opinião pública, ora por meio da recordação de outros momentos críticos de sua carreira política, designadamente o seu envolvimento no processo do “mensalão”, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse movimento é particularmente emblemático daquilo a que John Thompson (2000), na sua teoria social do escândalo, chama “transgressões de segunda ordem”, que possuem o condão de adensar a narrativa do escândalo.

Apenas 3,7% dos artigos de opinião referem pontos mais favoráveis ao ministro. Os restantes focam em análises da conjuntura global, com particular atenção para as implicações do caso em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff. Podemos enquadrar esses resultados numa linha de reflexão traçada por Rebelo (2002), segundo a qual existem duas instâncias emissoras que se encontram no centro da cadeia comunicacional entre governantes e governados: a opinião e os porta-vozes destas mesmas opiniões. De acordo com o autor, “enquanto a opinião assume, prioritariamente, uma função persuasiva destinada, essencialmente, a fazer agir a classe política e a dar ao público a consciência da sua própria identidade”, os porta-vozes — que, em nosso caso, são todos os *opinion makers* que se pronunciaram sobre Antônio Palocci e o seu enriquecimento suspeito — “assumem, como prioridade, uma função interpretativa, dando a conhecer aos governantes as reações do povo e explicando ao mesmo povo o sentido de

ações empreendidas pelos governantes” (REBELO, 2002, p. 124).

Nesse sentido, não é descabido afirmar que as vozes opinativas projetadas por *Folha de S. Paulo* configuram, no seu conjunto, verdadeiras forças hegemônicas impulsionadoras de mudanças nas estruturas de poder, cuja principal ação será a saída do ministro do governo, semanas depois. De qualquer maneira, mantendo relação com o que antes afirmávamos, o alto grau de negatividade subjacente à cobertura – particularmente aos textos de opinião – têm o condão de reafirmar valores e crenças que constituem a cultura política brasileira. No momento da cobertura, as instâncias policiais e judiciais ainda não haviam realizado as investigações, nem tampouco havia qualquer sentença condenatória atribuída ao ministro; observa-se, ainda assim, um acentuado grau de desconfiança na cobertura, que, em nosso entendimento, contribuiu para a formação de uma culpabilidade antecipada, imediatamente generalizada entre os cidadãos.

Outro dado importante da nossa análise é a proeminência dada a cada artigo, observada a sua localização na publicação. Como vemos abaixo, 40% dos artigos foram referenciados em primeira página; 23,45% assumiram posição secundária em outra página; 19,31% foram artigos de opinião, em páginas de opinião; e 17,24% das peças são artigos dominantes em outra página.

Os resultados são muito elucidativos da pertinência atribuída pelo jornal ao assunto. Como se verifica, a maioria dos assuntos relacionados ao caso é referenciada em primeira página – o que, *per se*, revela uma atitude de intenso investimento na cobertura jornalística, uma

vez que as primeiras páginas representam, do ponto de vista formal, o retrato que os

GRÁFICO I

media diariamente constroem sobre uma determina realidade (TUCHMAN, 2002).

No sentido de complementar a nossa percepção acerca dos elementos textuais e paratextuais em primeira página, é necessário observar o nível de destaque dado aos artigos aí localizados. O gráfico abaixo demonstra o seguinte: 68,33% dos artigos estiveram como chamada de primeira página; 28,33% foram manchetes do jornal. Além disso, ainda na primeira página, 3,33% das peças figuraram como grande destaque, ao mesmo nível das manchetes.

GRÁFICO II

Conforme analisamos, grande parte dos artigos de primeira página se centra em três eixos de abordagem principais: as novas denúncias que foram surgindo, sequencialmente [por exemplo, “Empresa de Palocci faturou R\$ 20 mi no ano da eleição” (20 de maio); “Em 2 meses após a eleição, Palocci faturou R\$ 10 mi (21 de maio)]; as reações dos principais órgãos de controle e fiscalização [“Comissão de ética diz que Palocci não relatou bens” (17 de maio); “Ministério Público decide investigar bens de Palocci (27 de maio)]; e, por fim, as cobranças e acusações por parte de apoiantes, opositores e outras instituições [“Caixa agora culpa Palocci por quebra de sigilo de caseiro” (25 de maio); “PSDB diz que Palocci pode ter ajudado WTorre junto à Receita]. Mais uma vez, vemos a ênfase dada pelo jornal às “transgressões de segunda ordem”. O que é interessante notar é que parte dos episódios que aparecem como transgressões podem não o ser efetivamente. É o caso da notícia sobre o faturamento da empresa de Palocci em ano de eleição. A proliferação de episódios adjacentes à denúncia principal é um movimento muito comum na cobertura de escândalos.⁷

Perspectivando o jornal como sujeito semiótico, tal como o faz Rebelo (2002), é relevante salientar que essas ocorrências, em espaços de grande destaque resultam sempre de um processo de escolhas, no qual são preteridos determinados assuntos em detrimento de outros. A prática jornalística, dito de outro modo, assenta em opções, que não são aleatórias: ao contrário, relacionam-se, muitas vezes, a questões de natureza ideológica e de valores constitutivos da própria prática profissional do jornalismo (REBELO,

2002). Importa referir, ainda, que nenhum dos artigos de opinião com chamadas em primeira página assumiu tons de abordagem mais amenos em relação ao ministro.

GRÁFICO III

Como se observa no gráfico III, o gênero jornalístico dominante, ao longo de toda a cobertura, foi notícia/reportagem, com 60,69% do número total de unidades de análise. Seguiram-se os gêneros de opinião, com 33,79% do total. Da mesma forma, a quase totalidade das peças (90,34%) foi desenvolvida com a inserção de várias ideias e perspectivas sobre o assunto. Do cruzamento da variável referente ao gênero jornalístico dominante com a variável que mensurou o grau de desenvolvimento deles, chegamos à conclusão de que todas as peças de opinião atingiram o nível de desenvolvido e, no que tange às peças de informação, 77% são consideradas desenvolvidas, 11% muito desenvolvidas e somente 3% são classificadas como superficiais.

Outro vetor de grande relevância para esta análise está na observação de como os atores sociais figuraram na cobertura. Por questões óbvias, Antônio Palocci assume o protagonismo na maior parte das vezes (54,48%), bem distante da segunda

⁷Cf. Prior; Guazina; Araújo (2015); Paixão (2010).

colocada, Dilma Rousseff (11,72%) e, ainda mais, dos terceiros, os senadores de oposição ao Governo (6,89%). Esta última tendência se explica pelo fato de que houve inúmeras intervenções dos líderes partidários, deputados e senadores oposicionistas, que dirigiram críticas ao ministro e à postura de outros membros do Governo diante da situação.

GRÁFICO IV

Ator ou protagonista

No que concerne ao tom global das peças relativamente aos protagonistas, 87,59% apontavam para aspectos mais negativos que positivos. Após a obtenção destes dados, quisemos saber, com maior detalhe, o tom de cada peça, relativamente ao seu ator principal/protagonista. De acordo com o que observamos no gráfico abaixo, Antônio Palocci, sendo o protagonista no maior número de peças, aparece em 75% das vezes, associado a situações de índole mais negativa que positiva. Sem dúvidas, por aquilo que aqui se constata, isto está relacionado à dimensão disfórica subjacente à narrativa do escândalo na qual ele assume lugar central.

Quanto à figura do ator principal nas

peças, com particular atenção para Palocci, chamamos atenção para a variável que demonstra a qualidade/posição em que esse protagonista aparece nas unidades de análise. Tal como podemos ver no gráfico V, o ministro aparece em 66% dos casos na qualidade de protagonista passivo, isto é, outros atores falam sobre ele e, de modo geral, sobre o contexto em causa. Em apenas 5% dos casos Palocci

aparece na condição de protagonista ativo, ou seja, de quem fala na peça. No caso dos senadores e deputados da oposição, verifica-se um nível mais elevado em relação ao número de vezes em que aparecem na condição de atores principais ativos. Certamente, esses são dados muitíssimo relevantes para a nossa análise, porque revelam quem foram os atores sociais da cobertura e em

que condições projetaram as suas vozes. Esses elementos são apontados por Theo van Leeuwen (1997) como essenciais para

GRÁFICO V

a construção de representações sociais.

GRÁFICO VI

Antes de concluirmos a nossa análise, ainda precisamos percorrer os resultados de uma variável, que procurou medir o número de vezes em que determinadas palavras – conotadas com sentidos fortemente disfóricos, já que associadas ao campo semântico da crise e da corrupção – foram referidas ao longo da cobertura. É o que observamos no quadro II.

Crise e corrupção no caso Palocci

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Crise/Crise Política	49	33,6	70,0	70,0
	Enriquecimento Ilícito	2	1,4	2,9	72,9
	Manobra Política	1	,7	1,4	74,3
	Caso Palocci	11	7,5	15,7	90,0
	Escândalo	3	2,1	4,3	94,3
	Tráfico de Influência	4	2,7	5,7	100,0
	Total	70	47,9	100,0	
Missing	System	76	52,1		
Total		146	100,0		

QUADRO II

A nossa preocupação em observar esse tipo de ocorrência encontra justificativa na crença de vários autores de que os *media*, tal como antes dissemos, podem criar mapas de sentido direcionados ao público. Esses mapas ou protocolos de leitura são criados no plano discursivo, para o qual as opções lexicais concorrem de maneira direta. De fato, as expressões utilizadas no discurso jornalístico resultam de opções não apenas linguístico-discursivas; antes, a sua existência no interior do produto textual dá corpo a estruturas semânticas delimitadas, que carregam consigo marcas de valor ideológico e, nesta medida, o posicionamento, ainda que latente, de quem as enuncia (Pedro, 1997).

Considerações finais

Estas considerações finais ainda estão intimamente ligadas ao estudo empírico desenvolvido na segunda parte. Analisar o desempenho de *Folha de S. Paulo* em face das denúncias feitas pelo próprio jornal sobre o suposto enriquecimento ilícito de Antônio Palocci, entre maio e junho de 2011, foi o principal objetivo. Depois de uma análise detalhada dos dados, estamos em condições de fazer algumas últimas e breves colocações, que ajudarão a responder à indagação inicial.

Antes de mais, ficou clara a função de contrapoder que *Folha de S. Paulo* assumiu em relação ao então ministro Antônio Palocci. No interregno de várias semanas, os textos, de informação e opinião, apesar de novos, remetiam, quase sempre, para a peça principal de 15 de maio, na qual fora feita a denúncia. O recurso ao *flashback* — ou, dito de outra maneira, a reconstituição de cenas passadas — é muito comum em

coberturas jornalísticas e tem o efeito de reafirmar o que foi dito antes. É uma maneira de estabelecer o fio condutor que amarra todos os elementos da narrativa. Com efeito, efetivamente, essa tendência para a redundância obedece a uma lógica de repetição, frequente no texto jornalístico, que, por um lado, reforça a eficácia comunicativa do enunciado e, por outro, segundo Rebelo (2002), configura um mecanismo de autentificação do jornal e dos assuntos tratados por ele.

Por outro lado, a *Folha* contribuiu para que a noção de crise se enraizasse e se proliferasse na esfera pública brasileira. Ao refletir justamente acerca do conceito de crise política, Isabel Cunha afirma que:

[...] a crise política é também um tipo de discurso sobre a coisa pública no espaço público, que envolve códigos específicos de significado, onde se privilegiam narrações, fontes e líderes de opinião com determinados pontos de vista, nomeadamente os que se identificam com grupos de interesse e posições de classe (CUNHA, 2007, p. 26).

Em diálogo com a professora da Universidade de Coimbra, podemos dizer que a maior parte do conjunto de vozes opinativas do jornal, com influência determinante na configuração da crise política, seguiu o mesmo percurso semântico com o recurso a críticas ao ministro. Naturalmente, em se tratando de um caso de enriquecimento suspeito, em relação ao qual o ministro deu explicações pouco convincentes, o teor negativo das opiniões

ia assumindo gradativamente níveis mais acentuados. Esse elevado negativismo, como se pode depreender, reforçou sobremaneira o valor da desconfiança – forte marca da relação do cidadão comum brasileiro com a política e os políticos.

Como se sabe, o ministro saiu do Governo Dilma Rousseff sem que os órgãos de fiscalização e as instituições jurídicas do país tenham aberto qualquer processo contra ele, haja vista não terem sido apresentadas provas concretas, que atestassem a existência de enriquecimento ilícito. Diante disso, podemos afirmar que a saída de Antônio Palocci da Casa Civil terá sido impulsionada, em grande medida, pela pressão mediática que se estabeleceu no país, iniciada com a *Folha* e posteriormente desencadeada pelos diversos outros meios de comunicação⁸. Antes de concluir, voltamos, novamente, ao pensamento de Rebelo, para quem: Os *media* detêm, com efeito, a possibilidade de se ingerir nos discursos circulantes. Detêm a possibilidade de nos fazer sentir como atual aquilo que determinam como sendo atualidade. Detêm a possibilidade, através de processos de dramatização, de nos fazer reagir ao “facto” e de nos levar a integrá-lo no nosso universo existencial (REBELO, 2002, p. 157).

Tal como procuramos atestar aqui, os *media* concentram um fortíssimo poder simbólico, que é capaz de provocar reconfigurações nos contextos sociopolíticos das democracias liberais. Depois das investigações, o Ministério Público pediu o arquivamento das denúncias contra Antônio Palocci por falta de elementos probatórios suficientes que justificassem a abertura de uma ação penal contra ele. Diante do mesmo caso,

⁸Para uma análise empírica mais densa acerca do poder dos *media* diante de crises de imagem de ministros de Estado, Cf. Gramacho (2015).

portanto, o jornalismo e a justiça atuaram, da opinião pública, porém, a construção como sempre, com códigos, tempos, da culpabilidade do ministro, travada no discursos e rituais diferentes. No tribunal plano do discurso, resultou na sua saída tradicional dos meios judiciais, Palocci do governo e na perda de capital político nem chegou a ser julgado. No tribunal diante da sociedade.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, B.; JORGE, T. M. Discurso jornalístico e corrupção política: a construção de uma cobertura legalista e personificada em *Veja* e *Carta Capital*. In: **Verso e Reverso**, nº 70, v. XXIX, jan.-abr. 2015, pp. 2-13.

PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAÚJO, B. B. Escândalos de corrupção na imprensa portuguesa e brasileira: uma análise dos casos Face Oculta e Mensalão. In: **Atas do VI Congresso COMPOLÍTICA**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, I. F. **Jornalismo e Democracia**. Lisboa: Paulus, 2007.

CURRAN, J. **Media and power**. London: Routledge, 2002.

DIJK, T. v. **Discurso, notícia e ideologia. Estudos da Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

GRAMACHO, Wladimir. Ciclos de Crise de Imagem de Ministros de Estado em 2011 e o poder da Mídia. In: **Atas do VI Congresso COMPOLÍTICA**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

GRAVONETTER, M. The social representation of corruption. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. (Org.), **On Capitalism**. Stanford: Stanford University, 2007.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.), **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, pp. 123-142, 2008.

JAIN, A. K. Corruption: a review. **Journal of Economic Surveys**, nº 15, pp. 71-120, 2001.

LEEUWEN, T. v. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E.R. (Org.), **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, pp. 169-222, 1997.

MCCOMBS, M. Elaborating the Agenda-Setting Influence of Mass Communication. **Bulletin of the Institute for Communication Research**, nº 7. Tokyo: Keio University, 1976.

MCCOMBS, M; SHAW, D. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, 36, pp. 176-187, 1972.

MESQUITA, M. **O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea**. Coimbra: Minerva, 2003.

MUÑOZ, A. A.; ROSPIR, J. I. **Comunicación Política**. Madrid: Editorial Universitas, 1995.

NEUMANN, E. N. Return to the Concept of Powerful Mass Media. **Studies of Broadcasting**, nº 9, pp.67-112, 1973.

NOBERTO, Bobbio. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. **American Political Science Review**, nº 61, v.2, pp.417-427, 1967.

PAIXÃO, B. **O Escândalo Político Em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2010.

PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

RABOY, M.; DAGENAIS, B. **Media, Crisis and Democracy**. London: Sage, 1992.

REBELO, J. **O discurso do jornal: o como e o porquê**. Lisboa. Editorial Notícias, 2002.

SAPERAS, E. **Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas**. Porto: Edições Asa, 1993.

SILVEIRINHA, M. J. **Identidades, Media e Política. O Espaço Comunicacional nas Democracias Liberais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

SOUSA L. Males que veem para o bem, artigo publicado no blog às claras. In: **Jornal Público**. Disponível em: <http://blogues.publico.pt/asclaras/2012/03/29/males-que-veem-por-bem>. Acesso: 15/06/2012).

SOUSA, L., TRIÃES, J. **Corrupção e Ética em Democracia: o caso de Portugal**. In: OBERCOM, 2007. Disponível em: [_http://www.obercom.pt/client/?newsId=410&fileName=obf3.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=410&fileName=obf3.pdf), acesso: 06/06/2012).

SOUSA, L.; TRIÃES, J. **A corrupção e os portugueses: atitudes, práticas e valores**. Lisboa: Edições Rui Costa Pinto, 2008.

TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. (Org.), **Comunicação e Sociedade**, Lisboa: Horizonte, pp. 91-104, 2002.